

SOBRE A CRÍTICA DE SCHOPENHAUER À DOCTRINA DAS CATEGORIAS DE KANT E SUA SUPOSTA REDUÇÃO À CATEGORIA DE CAUSALIDADE.

Élcio José dos Santos¹

RESUMO: O objetivo da presente comunicação é investigar a crítica schopenhaueriana à tábua de categorias de Kant. Para Schopenhauer, podemos nos desfazer de onze das doze categorias, sem prejuízo, exceção feita à categoria de causalidade. Ele rejeita a dedução das categorias a partir da “tábua dos juízos lógicos”, por acreditar que, assim, Kant estaria promovendo uma inversão da hierarquia entre representações intuitivas e abstratas, o que privilegiaria o pensamento em detrimento da intuição. Ademais, tal dedução seria forçar o campo intuitivo a caber dentro de sua tábua de conceitos puros. O entendimento adquire, em Schopenhauer, total independência da razão. A causalidade, juntamente com o espaço e o tempo são formas *a priori* que, unidos no entendimento, fazem com que toda intuição já seja intelectual, independentemente de conceitos. Os conceitos são representações abstratas e o objeto da faculdade de razão. Todavia, o objeto da razão independe da intuição apenas formalmente, pois só encontra seu conteúdo e significado nas representações intuitivas, diretamente ou por derivação, sem as quais são “vazios e nulos”. Apenas em um segundo momento a razão fixa o dado intuitivo sob a forma de conceitos. Uma vez que o entendimento independe da faculdade de razão e não opera com conceitos, poderíamos sem prejuízo, para Schopenhauer, quanto às categorias, “atirarmos onze pela janela” e conservarmos apenas a de causalidade. Podemos crer que a causalidade em Schopenhauer não tem mais o status de uma categoria (conceito puro do entendimento) como o era em Kant, mas de uma mera forma *a priori* do conhecimento intuitivo, o que nos leva a questionar se há de fato uma redução ou simplesmente uma mudança de *status*.

Palavras-Chave: Categorias, Entendimento, Razão, Representação.

Introdução

Na Crítica da Filosofia Kantiana Schopenhauer afirma que podemos, sem prejuízo, nos desfazer de onze das doze categorias do entendimento e manter apenas a de causalidade. A princípio podemos entender que ele mantém, de fato, uma das categorias, mas um olhar mais cuidadoso para a sua teoria da representação pode nos levar a concluir que a causalidade é, para Schopenhauer, algo muito diverso de uma categoria no sentido kantiano.

¹ Mestrando em Filosofia pela UFPR. E-mail: elciosantos.filosofia@yahoo.com.br

Schopenhauer se declara o mais fiel seguidor e continuador da filosofia kantiana. Todavia, após sua “correção” dos “erros” de Kant, é possível afirmar que sua filosofia avança tanto em vários pontos que acaba por ser um sistema próprio. Nosso objetivo é entender melhor o pensamento de Schopenhauer através de seus textos examinando o porquê de tal repúdio às categorias, e o que ele entende ser função da causalidade.

O mundo como representação: entendimento e razão.

Schopenhauer pretende que sua filosofia seja, tal como a kantiana, uma filosofia transcendental. Isto porque “o mundo inteiro dos objetos é apenas representação e precisamente por isso é condicionado pelo sujeito, ou seja, possui idealidade transcendental”.² O termo representação significa no idioma alemão algo posto (*Stellung*) diante de (*Vor*), o que pressupõe um sujeito que percebe, intui. O mundo é representação de um sujeito que representa. O sujeito pressupõe o objeto (*Objekt*) de conhecimento e o objeto pressupõe um sujeito que conhece.

Ele coloca como formas a priori da intuição o tempo, o espaço e a causalidade, enquanto formas inatas do conhecimento, que formam o princípio de razão suficiente, sendo somente através da união dos três que o mundo fenomênico torna-se possível para o sujeito, ou seja, “o mundo é minha representação”.

O entendimento (*Verstand*) é, para Schopenhauer, a faculdade de intuição (*Anschauung*), cujo domínio recai sobre as representações intuitivas regidas pelo princípio de razão (*Satz Von Grunde*); somente ele é capaz de processar os dados sensoriais e transformá-los em representações, para o filósofo tanto o homem quanto os demais animais dispõem dessa faculdade. Para ele, a função do entendimento é conhecer o efeito pela causa e relacioná-los, o que significa, em seu pensamento, intuir o mundo: “apenas e mediante o entendimento existe o mundo intuitivo”.³ Em várias passagens de sua obra ele reitera que, por já ter passado pela ação do entendimento, “toda intuição é intelectual”.

A razão é a faculdade do pensamento abstrato, das representações abstratas, que é o aparato fundamental que diferencia os homens dos animais, ou seja, que propicia ao ser humano a capacidade de formar conceitos e ligá-los entre si, sendo somente o homem seu

² Schopenhauer A. *O Mundo como Vontade e Representação*, p.57

³ Schopenhauer A. *O Mundo como Vontade e Representação*, p.63.

possuidor. Ela é responsável pela linguagem e pela poesia, permite ao homem planejar ações futuras e lembrar-se de fatos já ocorridos. A razão tem apenas um conteúdo formal, e o seu domínio é o da lógica.

O tempo e o espaço são, em Schopenhauer, formas a priori da sensibilidade. O tempo é a forma do sentido interno e tem como essência a sucessão, sem o tempo não haveria mudança alguma, nem geração ou corrupção; é o tempo que torna possível a aritmética. O espaço é a forma do sentido externo e garante a justaposição dos objetos e coexistência; é o espaço que fornece a base para a geometria. Tempo e espaço são formas a priori do intelecto e, por isso, subjetivas; elas podem ser pensadas em separado, mas somente podem ser percebidas juntas; sua percepção somente é possibilitada pela matéria, que é a própria perceptibilidade da causalidade.

A causalidade é a forma mais universal do entendimento, ela faz a ligação entre espaço e tempo e permite que um objeto seja percebido em tal momento e em tal espaço, necessariamente; difere, em nossa leitura, do termo kantiano por já estar presente no conhecimento intuitivo. Essas três formas *a priori* constituem o princípio de razão suficiente, que garante uma causa para cada coisa existente, sendo expresso pela sentença “*nada é sem razão*” (*nihil est sine ratione*). O entendimento é o responsável pela aplicação da lei de causalidade no espaço e no tempo, primeiramente entre o nosso corpo e os objetos externos, em seguida entre os corpos intuídos objetivamente, relacionando-os uns com os outros.

Para Kant, nossas sensações são percebidas pela intuição (cujo papel é passivo) e a imaginação (faculdade mediadora) empresta do intelecto os conceitos que unificarão o diverso da intuição. Da lógica, Kant deduz uma tábua de juízos e dela uma tábua constituída de doze categorias que determinam a priori aquilo que pode ser pensado pelo intelecto. Tais categorias são conceitos puros que não provém dos objetos, mas que podem ser aplicados *a priori* a eles, são formas sintetizadoras do conhecimento. São condições pelas quais e somente pelas quais é possível que algo seja conhecido.

Para Schopenhauer, a forma de pensar kantiana despacha todo o conhecimento intuitivo para um plano inferior, onde este estaria condicionado por conceitos puros *a priori*, o que, em sua opinião, seria um absurdo, uma vez que conceitos são representações de representações⁴, ou seja, abstrações da experiência, como imagens refletidas por um espelho, por isso, representações abstratas. Para o filósofo de Frankfurt, Kant não ofereceu,

⁴ “*A diferença capital entre as nossas representações é a entre intuitivas e abstratas*”. (MVR, p.47)

na *Crítica da Razão Pura*, uma explicação clara dos conceitos de entendimento e de razão, acabando por confundir o papel de ambos.

Assim, na CRP (A79, B105), o entendimento traz, através de suas categorias, unidade ao múltiplo da intuição e os conceitos puros do entendimento referem-se a priori aos objetos da *intuição*. Em A94, B126 ele diz que “as categorias são a condição da experiência [...]”, (B127) o entendimento é originador da experiência. Em B128, as categorias determinam a intuição dos objetos. Em B130, tudo o que nós representamos para nós mesmos como combinado no objeto (o qual obviamente é algo intuitivo e não se trata de algo abstrato), foi combinado primeiro por uma totalidade do entendimento. Em B135, o entendimento é explicado de uma maneira nova como a faculdade de combinar a priori e trazer a unidade ao múltiplo de representações dadas sob a unidade da apercepção. Em B136, nós encontramos um princípio supremo da possibilidade de toda intuição em relação ao entendimento. Em B143, está aliás como título que toda intuição sensível é condicionada pelas categorias. Lá mesmo, a *função lógica do juízo* traz unidade ao múltiplo das *intuições* dadas sob uma apercepção em geral e o múltiplo de uma dada intuição está necessariamente sob as categorias. Em B144, a unidade da intuição é alcançada por intermédio das categorias, através do entendimento. Em B145, o pensar do entendimento é explicado, de maneira incomum, como o que sintetiza, liga e ordena o múltiplo da intuição. Em B161, a experiência só é possível através das categorias e constitui-se nas ligações de percepções, as quais são, obviamente, nada mais do que intuições. Em B159, as categorias são conhecimentos a priori de objetos da intuição em geral [...]⁵

Segundo Schopenhauer, o entendimento independe da razão, por obter seu conteúdo unicamente do campo intuitivo; já a razão é secundária, pois só pode formar e fornecer conceitos após ter recebido material do campo intuitivo, “*ela não possui nada além de formas: sua natureza é feminina; apenas concebe, mas não procria*”.⁶

Para Kant, é através da intuição que nos é dado o objeto, que depois é pensado de acordo com a categoria; sem essa operação de determinação por meio das categorias tudo o que se tem é mera sensação, pois como podemos verificar na célebre passagem (B75) da segunda edição da *Crítica*: “*pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas*”.⁷

Desse modo, de acordo com Schopenhauer, Kant estaria promovendo uma inversão: ele privilegia o pensamento em detrimento da intuição, forçando o mundo intuitivo a caber dentro de sua tábua de conceitos puros.

Depois que ele tratou isoladamente do espaço e do tempo e depois de ter despachado todo esse mundo da intuição que preenche o espaço e o tempo, no qual vivemos e somos, rotulando-o com palavras que nada dizem: ‘o conteúdo

⁵ *Crítica da Filosofia Kantiana*, p. 142.

⁶ Schopenhauer, A. *On The Fourfold Root of the Principle of Sufficient Reason*, p. 136. Grifo nosso.

⁷ *Crítica da Razão Pura*, p. 89.

empírico da intuição nos é dado’, alcançou logo com *um salto o fundamento lógico de sua filosofia inteira, a tábua dos juízos*. Desta deduziu uma dúzia bem exata de categorias, simetricamente balizadas sob quatro títulos, as quais, mais tarde, tornam-se o temível leito de Procrusto no qual ele força a entrar violentamente todas as coisas do mundo e tudo e tudo o que acontece no homem, não temendo nenhuma ação violenta e não desdenhando nenhum sofisma, apenas para poder repetir por toda a parte, a simetria daquela tábua.⁸

Para Kant, o “objeto da experiência” é o objeto propriamente dito das categorias, mas segundo Schopenhauer ele também não explica se tal objeto é “*o conhecimento que se dá através da aplicação das categorias (...) ou meramente o conceito abstrato*”. Para este, “*a intromissão injustificada daquele andrógino, objeto da representação, é a fonte dos erros de Kant*”,⁹ pois, conforme busca enfatizar em várias passagens, não existe objeto sem sujeito e, tal objeto da experiência como Kant o coloca é, segundo Schopenhauer, um objeto existente independentemente de um sujeito:

“(...) em Kant o objeto das categorias não é, decerto, a coisa-em-si, é seu parente mais próximo: é o objeto-em-si, um objeto que não precisa de sujeito, é uma coisa individual e, no entanto, não está no tempo e no espaço, porque não é intuitiva, é objeto do pensamento e, no entanto, não é um conceito abstrato. Portanto Kant distingue, propriamente, três espécies: 1. a representação; 2. o objeto da representação; 3. a coisa-em-si. A primeira é coisa da sensibilidade, que nela compreende, ao lado da sensação, também as formas puras da intuição, tempo e espaço. O segundo é coisa do entendimento que ele acrescenta pelo *pensamento*, através das suas doze categorias. A terceira fica além de toda a cognoscibilidade (...) ora, a distinção entre a representação e o objeto da representação é infundada.”¹⁰

Ora, para Schopenhauer, o mundo é Vontade (a coisa-em-si) e é representação. Não há um terceiro elemento que possa ficar entre eles. Por isso, o acréscimo deste “*objeto da representação*” é a “*fonte dos erros de Kant*”. Porém, se o excluímos,

“cai também a doutrina das categorias como conceitos puros a priori, pois elas não contribuem, em nada, para a intuição e não devem valer quanto à coisa-em-si, mas só pensamos por meio delas, aqueles “*objetos das representações*” e, com isto, transmutamos a representação em experiência.”¹¹

Desta forma, vemos o que para Schopenhauer seria a função das categorias: pensar o “objeto da representação”. Todo o nosso conhecimento se dá no tempo e no espaço, pois só conhecemos algo em um tempo determinado e em um espaço determinado. Todo ser humano deve estar situado em um tempo e espaço, pois é o sujeito de todo conhecimento.

⁸ SCHOPENHAUER, Arthur. *Crítica da Filosofia Kantiana*, p. 132.

⁹ Idem, p. 146.

¹⁰ Idem, p. 146.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 146.

Se há um objeto sem sujeito, este está fora do tempo e do espaço, conseqüentemente, não pode existir para o ser humano.

A Causalidade e a tábua de categorias

A lei de causalidade é, para Schopenhauer, uma verdade necessária e *a priori*. Ela garante uma condição para toda mudança que possa ocorrer entre os objetos e nos objetos, assim como para ações humanas individuais. Se algo ocorre, é porque teve uma causa. O mundo tal como percebemos é, antes de tudo, fenômeno, representação; o conteúdo de toda a representação é matéria; toda matéria está submetida à lei de causalidade, portanto, o fenômeno está submetido à causalidade. A causalidade é anterior a todo fenômeno, portanto é necessária e *a priori*.

(...) a lei de causalidade, de acordo com a sua própria e correta descoberta é (...) conhecida por nós *a priori*, conseqüentemente, uma função de nosso intelecto, portanto, de origem subjetiva. Além disso, a própria sensação dos sentidos, sobre a qual aplicamos a lei de causalidade, é inegavelmente *subjetiva*. E enfim, até mesmo o espaço, para o qual transpomos, por meio dessa aplicação, a causa da sensação como objeto, é uma forma dada *a priori*, conseqüentemente *subjetiva* do nosso intelecto. Por conseguinte, toda intuição empírica permanece como um mero processo dentro de nós, inteiramente assentado em solo *subjetivo* e nada de inteiramente diferente dela, independente dela, pode ser introduzido como coisa-em-si ou demonstrado como pressuposto necessário. Efetivamente, a intuição empírica é e permanece nossa mera representação: é o mundo como representação.¹²

Para o filósofo de Frankfurt, não faz sentido dizer que as intuições têm de estar submetidas a conceitos *a priori* do entendimento, pois então os conceitos seriam anteriores à experiência do sujeito, o que é impossível, visto que conceitos são abstrações de objetos encontrados na experiência.

Se ao tratarmos da filosofia transcendental concebida por Kant, retirarmos sua tábua de categorias, seu sistema filosófico não consegue mais se sustentar, pois o entendimento perde toda a sua função, que é oferecer conceitos à imaginação e unificar o múltiplo da intuição por meio deles.

Para Kant, a função das categorias é unificar o múltiplo da intuição. Segundo Cacciola (1983, p. 94), para Schopenhauer, esse múltiplo já aparece ligado na intuição empírica: o espaço e o tempo que percebemos são apenas a continuidade de suas partes e seus momentos, segundo o princípio de razão do ser, a causalidade unifica as várias

¹² Schopenhauer, Arthur. Crítica da filosofia kantiana, p. 138.

impressões sensíveis, fazendo referência a um único objeto. Diferentes sensações como textura, som, cor, sabor, pertencentes a um mesmo objeto são ligadas no entendimento através do nexos causal, donde concluímos que pertencem a um único e mesmo corpo, que é causa de todas elas, e estas, seu efeito.

No kantismo o entendimento é a faculdade silogística, e o conhecimento está condicionado a essa operação. Todavia, no pensamento schopenhaueriano, essa é uma função exclusiva da razão. Se a intuição intelectual já é capaz por si só de dar conta do objeto, então a tábua de categorias é inútil para o conhecimento.

O mesmo se dá com a “tábua dos juízos lógicos”:

A dedução das categorias a partir da “tábua dos juízos lógicos” é impugnada por Schopenhauer, que vê nesta dedução a inversão da hierarquia entre representações intuitivas e abstratas. Kant, ao fazer derivar das “formas do juízo” a condição do conhecimento dos objetos, teria privilegiado o pensar em detrimento do intuir. É o amor da simetria que teria levado Kant a buscar “conceitos puros” para fundar “conceitos” de proveniência empírica, do mesmo modo que havia encontrado “intuições puras”, como condições das intuições empíricas. Assim, a uma “sensibilidade pura” corresponde um “entendimento puro”.¹³

A denúncia de Schopenhauer ao esquematismo simétrico de Kant fundamenta-se em sua própria argumentação de que as tábuas de juízos lógicos e de categorias seriam um aparato desnecessário. Assim, através de uma argumentação direcionada corretamente, se poderia chegar a conclusões muito mais consistentes apenas dispondo das ferramentas que o próprio mundo nos fornece.

Conclusão

Podemos afirmar a partir do que foi exposto que Schopenhauer, apesar de partir da filosofia kantiana para a construção de seu próprio pensamento, promove profundas alterações em sua teoria do conhecimento, distanciando-se conceitualmente e estruturalmente de Kant. O entendimento kantiano que é uma faculdade silogística passa a ser uma faculdade de intuição. A causalidade, a única categoria que Schopenhauer conserva, não é mais um conceito puro, por isso, não mais exatamente uma categoria, mas uma forma pura da percepção, juntamente com o espaço e o tempo, ela é uma função do intelecto. Com isso, o suposto amor ao esquematismo kantiano é denunciado e impugnado,

¹³ Cacciola, M. L. *Schopenhauer e a Crítica da Razão*, in Revista Discurso nº15, 1983, p. 95.

dando lugar a um conhecimento intuitivo independente e auto-suficiente, sem prejuízo da razão. Schopenhauer utiliza praticamente as mesmas ferramentas que Kant, mas chega a resultados bastante distintos. Podemos afirmar, em concordância com Safranski (2011, p. 283) que ele promove uma simplificação e radicalização da teoria do conhecimento kantiana, numa espécie de navalha de Ockham. O que resta é um sistema mais “ enxuto”, mas que tem objetivos muito similares aos de Kant. Utilizando-nos das palavras de Paul Guyer, a filosofia de Schopenhauer pode ser descrita como “*uma filosofia transcendental sem argumentos transcendentais*”.¹⁴

¹⁴ Ver: GUYER, Paul. Schopenhauer, Kant and Philosophy, in *The Cambridge Companion To Schopenhauer*. Cambridge University Press, 1999, pp. 93-137.

Referências Bibliográficas:

CACCIOLA, MARIA LÚCIA. *A Crítica da Razão no Pensamento de Schopenhauer*. Dissertação de mestrado, 1981.

_____. *Schopenhauer e a Crítica da Razão*, in Revista Discurso nº15, 1983, p. 91-106.

GUYER, PAUL. Schopenhauer, Kant and Philosophy, in *The Cambridge Companion To Schopenhauer*. Cambridge University Press, 1999.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

SAFRANSKI, R. *Schopenhauer e os anos mais selvagens da filosofia: uma biografia*. Tradução de William Lagos. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. Tradução: Jair Barboza. Editora UNESP, 2005.

_____. *Crítica da Filosofia Kantiana*. Tradução: Maria Lúcia Cacciola. Coleção Os Pensadores, Abril Cultural, 1999.

_____. *On The Fourfold Root of the Principle of Sufficient Reason*. Tradução: Karl Hillebrand. Cosimo Books, 2007.

_____. *Parerga and Paralipomena*. Tradução de E. F. J. Payne. New York: Oxford University Press, 2000.